

COMO SE FAZ UMA TESE

Equipe de realização – Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza; Revisão: Plínio Martins Filho; Sobrecapa: Adriana Garcia; Produção: Ricardo W. Neves.



EDITORA PERSPECTIVA

3.A Pesquisa do Material

3.1. A ACESSIBILIDADE DAS FONTES

3.1.1. *Quais são as fontes de um trabalho científico?*

Uma tese estuda um *objeto* por meio de determinados *instrumentos*. Muitas vezes o objeto é um livro e os instrumentos, outros livros. É o caso de, suponhamos, uma tese sobre *O Pensamento Econômico de Adam Smith*, cujo objeto é constituído por livros de Adam Smith, enquanto os instrumentos são outros livros sobre Adam Smith. Diremos então que, nesse caso, os escritos de Adam Smith constituem as *fontes primárias* e os livros sobre Adam Smith constituem as *fontes secundárias* ou a *literatura crítica*. É claro que, se o assunto fosse *As Fontes do Pensamento Econômico de Adam Smith*, as fontes primárias seriam os livros ou os escritos em que Smith se inspirou. Certo é que as fontes de um autor podem ser acontecimentos históricos (certas discussões ocorridas em sua época sobre determinados fenômenos concretos), mas tais acontecimentos são sempre acessíveis sob forma de material escrito, isto é, de outros textos.

Em certos casos, pelo contrário, o objeto é um fenômeno real: é o que acontece com as teses sobre movimentos migratórios internos na Itália atual, sobre o comportamento de crianças problemáticas, sobre opiniões do público a respeito de debates na televisão. Aqui, as fontes não existem ainda sob a forma de textos escritos, mas devem tornar-se os textos que você inserirá na tese à guisa de documentos: dados estatísticos, transcrições de entrevistas, talvez fotografias ou mesmo documentos audiovisuais. Quanto à literatura crítica, pelo contrário, as coisas não mudam muito em relação

ao caso precedente. Na falta de livros ou artigos de revista, haverá artigos de jornal ou documentos de outro gênero.

A distinção entre as fontes e a literatura crítica precisa estar bem clara, porquanto esta última, freqüentemente, reporta excertos das fontes, mas — como veremos no parágrafo seguinte — estas são *fontes de segunda mão*. Ademais, um estudo apressado e desordenado pode facilmente fazer com que se confunda o discurso sobre as fontes com o discurso sobre a literatura crítica. Se escolhi como tema *O Pensamento Econômico de Adam Smith* e me dou conta de que, à medida que o trabalho avança, envolvo-me na discussão das interpretações de um determinado autor e descuro a leitura direta de Smith, posso fazer duas coisas: ou retornar à fonte ou modificar o tema para *As Interpretações de Smith no Pensamento Liberal Inglês Contemporâneo*. Isso não me isentará de saber o que disse Smith, mas é claro que a esta altura meu interesse é o de discutir não tanto o que ele disse, mas o que outros disseram inspirando-se nele. Contudo, é óbvio que, se pretendo criticar em profundidade seus intérpretes, terei de confrontar suas interpretações com o texto original.

Mas poderia suceder o pensamento original me interessar muito pouco. Admitamos que comecei uma tese sobre a filosofia Zen na tradição japonesa. Claro está que preciso saber japonês e não me fiar nas raras traduções ocidentais ao meu dispor. Mas suponhamos que, ao examinar a literatura crítica, fiquei interessado pelo uso que certa vanguarda literária e artística americana fez do Zen nos anos cinqüenta. Logicamente, a esta altura, não me interessa mais saber com absoluta exatidão teológica e filológica qual seja o sentido do pensamento Zen, mas de que maneira as idéias originais do Oriente se tornaram elementos de uma ideologia artística ocidental. Portanto, o tema da tese passará a ser *O Uso de Sugestões Zen na "San Francisco Renaissance" dos Anos Cinqüenta*; minhas fontes, por seu turno, passarão a ser os textos de Kerouac, Ginsberg, Ferlinghetti e assim por diante. Estas são as fontes sobre as quais terei de trabalhar, ao passo que, quanto ao Zen, bastar-me-ão alguns livros seguros e algumas boas traduções, desde que, naturalmente, eu não tenha intenção de demonstrar que os californianos tenham compreendido mal o Zen original, circunstância em que se tornaria obrigatório o confronto com os textos japoneses. Mas, se me limito a tomar por ponto pacífico que eles se inspiraram livremente em traduções do japonês, o que passa a me interessar é o que fizeram do Zen e não aquilo que o Zen era originalmente.

Tudo para dizer que é muito importante definir logo o verdadeiro objeto da tese, já que, desde o início, impõe-se o problema da acessibilidade das fontes.

No parágrafo 3.2.4. encontra-se um exemplo de como se pode partir praticamente do nada para a descoberta das fontes adequadas ao nosso trabalho, mesmo numa biblioteca modesta. Mas trata-se de um caso-limite. Em geral, aceita-se o tema sem saber se se está

em condições de aceder às fontes, e é preciso saber: (1) onde podem ser encontradas, (2) se são facilmente acessíveis, (3) se estou em condições de compulsá-las.

Com efeito, posso aceitar imprudentemente uma tese sobre certos manuscritos de Joyce sem saber que se encontram na Universidade de Buffalo, ou sabendo muito bem que nunca poderei ir àquela cidade. Poderei aceitar com entusiasmo o trabalho sobre uma série de documentos pertencentes a uma família local e depois descobrir que essa família é extremamente ciosa de tais documentos, só os mostrando a estudiosos de grande fama. Poderei aceitar trabalhar sobre certos documentos medievais acessíveis, mas sem pensar que jamais fiz um curso que me habilitasse a ler manuscritos antigos.

Sem querer procurar exemplos tão sofisticados, poderei aceitar abordar um autor ignorando que seus textos originais são raríssimos, e que terei de andar como um louco de biblioteca em biblioteca e de país em país. Ou pensar que é fácil obter os microfimes de todas as suas obras sem calcular que em minha universidade não existe equipamento para leitura de microfimes, ou que sofro de conjuntivite e não posso suportar trabalho tão desgastante.

Será inútil que eu, fanático por cinema, escolha uma tese sobre uma obra menor de um realizador dos anos vinte, para depois descobrir que dela só resta uma cópia nos Film Archives de Washington.

Uma vez solucionado o problema das fontes, idênticas questões surgem para a literatura crítica. Poderei optar por uma tese sobre um autor menor do século XVIII porque, casualmente, a biblioteca de minha cidade possui a primeira edição de sua obra, para depois dar-me conta de que o melhor da literatura crítica sobre aquele autor só é acessível a peso de ouro.

Tal problema não se resolve com a decisão de só trabalhar com o que se tem, porquanto, da literatura crítica, deve-se ler, se não tudo, pelo menos o mais importante, sendo necessário abordar as fontes *diretamente* (ver parágrafo seguinte).

Em lugar de cometer imperdoáveis negligências, é melhor escolher outra tese, conforme os critérios expostos no Cap. 2.

A título de orientação, eis algumas teses a cuja discussão assisti recentemente, cujas fontes eram identificadas de maneira muito precisa, limitavam-se a âmbitos verificáveis e estavam claramente ao alcance dos candidatos, que sabiam como manipulá-las. A primeira versava sobre *A Experiência Clérigo-Moderada na Administração Municipal de Módena (1889-1910)*. O candidato, ou o docente, havia limitado com bastante exatidão a amplitude do trabalho. O candidato era de Módena e, portanto, trabalhava *in loco*. A bibliografia se dividia em geral e sobre Módena. Presumo que, quanto à última, ele tenha podido trabalhar nas bibliotecas locais. Quanto à primeira, deve ter precisado fazer algumas incursões fora. Com respeito às fontes propriamente ditas, dividiam-se em fontes *de arquivo*

e *jornalísticas*. O candidato tudo vira e folheara todos os jornais da época.

A segunda era sobre *A Política Escolar do PCI: Da Centro-Esquerda à Contestação Estudantil*. Também aqui se pode ver como o tema foi delimitado com exatidão e, direi mesmo, com prudência: após 68, o estudo se tornaria complicado demais. As fontes eram o jornal oficial do PC, as atas parlamentares, os arquivos do partido e outro jornal. Posso imaginar que, por mais exata que tenha sido a pesquisa, muitas coisas de outros jornais escaparam, mas tratava-se indubitavelmente de fonte secundária, da qual era possível obter opiniões e críticas. Quanto ao resto, bastavam as declarações oficiais para definir a política escolar do PC. Observe-se que a coisa teria sido bem outra caso a tese abordasse a política escolar da Democracia Cristã, ou seja, de um partido do governo: de um lado, as declarações oficiais, de outro os atos efetivos do governo, que poderiam contradizer aquelas, fazendo com que a pesquisa assumisse dimensões dramáticas. Cumpre ter presente ainda que, se o período ultrapassasse o ano de 68, seria necessário classificar entre as fontes de opiniões não-oficiais todas as publicações dos grupos extraparlamentares que daquele ano em diante começaram a proliferar. Novamente, a pesquisa seria árdua. Para concluir, imagino que o candidato tenha tido a possibilidade de trabalhar em Roma, ou de receber fotocópias do material de que precisava.

A terceira tese era sobre história medieval e, aos olhos dos profanos, parecia muito mais difícil. Abordava as vicissitudes dos bens da abadia de San Zeno em Verona, na Baixa Idade Média. O núcleo do trabalho consistia na transcrição, nunca feita antes, de algumas folhas do registro da abadia no século XIII. Impunha-se, naturalmente, que o candidato tivesse noções de paleografia, isto é, soubesse ler e transcrever manuscritos antigos. Mas, uma vez de posse dessa técnica, tratava-se apenas de trabalhar com seriedade e comentar o resultado da transcrição. No entanto, a tese apresentava em rodapé uma bibliografia de trinta obras, sinal de que o problema específico fora enquadrado historicamente na literatura precedente. Suponho que o candidato fosse de Verona e tivesse escolhido um trabalho que pudesse fazer sem precisar viajar.

A quarta tese versava sobre *Experiências de Teatro em Prosa no Trentino*. O candidato, habitante daquela região, sabia que por lá essas experiências tinham sido poucas, e passou a reconstituí-las por meio de consultas aos jornais, arquivos municipais, dados estatísticos sobre a frequência de público. Não é muito diferente o caso da quinta tese, *Aspectos da Política Cultural em Budrio com Especial Atenção à Atividade da Biblioteca Municipal*. Trata-se de dois exemplos de teses com fontes de fácil verificação, mas muito úteis por fornecerem documentação estatístico-sociológica utilizável por pesquisadores posteriores.

Ao contrário, a sexta tese constitui exemplo de uma pesquisa feita com certa disponibilidade de tempo e meios, mostrando, ao

mesmo tempo, como se pode executar com bom nível científico um tema que, de início, apenas parece suscetível de uma honesta compilação. O título era *A Problemática do Ator na Obra de Adolphe Appia*. Trata-se de um autor famoso, bastante estudado pelos historiadores e críticos de teatro, e sobre o qual parece que nada mais se pode dizer de original. No entanto, o candidato lançou-se à pesquisa nos arquivos suíços, percorreu várias bibliotecas, não deixou inexplorado nenhum lugar onde Appia trabalhou, conseguindo assim elaborar uma bibliografia dos escritos de e sobre Appia (inclusive artigos menores, jamais lidos por qualquer pessoa). Com isso, pôde examinar o tema com uma amplitude e precisão que, no dizer do orientador, fazia da tese uma contribuição definitiva. Ultrapassou-se a mera compilação, tornando públicas certas fontes até então inacessíveis.

3.1.2. Fontes de primeira e de segunda mão

Quando trabalhamos sobre livros, uma fonte de primeira mão é uma edição original ou uma edição crítica da obra em apreço.

Tradução não é fonte: é uma prótese, como a dentadura ou os óculos, um meio de atingir de forma limitada algo que se acha fora do alcance.

Antologia não é fonte: é um apanhado de fontes, que pode ser útil num primeiro momento, mas fazer uma tese sobre determinado autor significa tentar ver nele coisas que outros não viram, e uma antologia só me mostra o que ninguém ignora.

Rêsenhas efetuadas por outros autores, mesmo completadas pelas mais amplas citações, não são fontes: são, quando muito, fontes de segunda mão.

Uma fonte é de segunda mão por várias razões. Se pretendo fazer uma tese sobre os discursos parlamentares de Palmiro Togliatti, os discursos publicados pelo *Unità* constituem fonte de segunda mão. Ninguém me garante que o redator não tenha feito cortes ou cometido erros. Fontes de primeira mão serão as atas parlamentares. Caso eu conseguisse obter o texto escrito diretamente por Togliatti, teria então uma fonte de primeiríssima mão. Se desejo estudar a declaração de independência dos Estados Unidos, a única fonte de primeira mão é o documento autêntico. Mas também posso considerar de primeira mão uma boa fotocópia. O mesmo se diga do texto elaborado criticamente por qualquer historiógrafo de seriedade indiscutível ("indiscutível", aqui, quer dizer: jamais discutido pela literatura crítica existente). Vê-se que o conceito de "primeira" e "segunda" mão depende do ângulo da tese. Se esta intenta discutir as edições críticas existentes, é preciso remontar aos originais; se pretende discutir o sentido político da declaração de independência, uma boa edição crítica é mais que suficiente.

Caso pretenda fazer uma tese sobre *As Estruturas Narrativas em "Promessi sposi"*, uma edição qualquer da obra de Manzoni será suficiente. Se, no entanto, minha intenção for discutir problemas lingüísticos (digamos, *Manzoni entre Milão e Florença*), então deverei ter à mão boas edições críticas das várias redações da citada obra.

Digamos agora que, *nos limites fixados pelo objeto de meu estudo*, as fontes devem ser sempre de *primeira mão*. A única coisa que não posso fazer é citar o meu autor por meio da citação feita por outro. Em teoria, um trabalho científico sério não deveria *jamaiz* citar uma citação, mesmo não se tratando do autor diretamente estudado. Contudo, existem certas exceções, especialmente para uma tese.

Se, por exemplo, você escolher *O Problema da Transcendentalidade do Belo na "Summa Theologica" de São Tomás de Aquino*, a fonte primária há de ser a *Summa* de São Tomás; e digamos que a edição Marietti atualmente no mercado basta, a menos que se venha a suspeitar que trai o original, caso em que será necessário recorrer a outras edições (mas aí a tese assumirá caráter filológico, e não estético-filosófico). Em seguida, você descobrirá que o problema da transcendentalidade do Belo é também abordado por São Tomás no Comentário ao *De Divinis Nominibus*, do Pseudo-Dionísio: e, apesar do título restritivo de seu trabalho, você precisará compulsar também esta última obra. Enfim, descobrirá que São Tomás retomava aquele tema de toda uma tradição teológica anterior e que encontrar todas as fontes originais demandaria toda uma vida de trabalho erudito. Mas descobrirá que uma obra assim já existe, e que foi feita por Henry Pouillon, o qual, em seu vastíssimo trabalho, refere longos excertos de todos os autores que comentaram o Pseudo-Dionísio, sublinhando relações, derivações e contradições. É certo que, nos limites de sua tese, você poderá utilizar o material recolhido por Pouillon sempre que quiser referir-se a Alexandre de Hales ou a Hilduíno. Caso perceba que o texto de Alexandre de Hales é essencial ao desenvolvimento do discurso, é melhor consultá-lo diretamente na edição da Quaracchi; mas, se for apenas o caso de remeter a algumas breves citações, bastará declarar que a fonte foi obtida através do texto de Pouillon. Ninguém dirá que você agiu com levianidade, pois Pouillon é um estudioso sério e o texto que você colheu dele não constituía o alvo direto de sua tese.

A única coisa que não deverão fazer é citar uma fonte de segunda mão fingindo ter visto o original. E isto não apenas por razões de ética profissional: imaginem o que aconteceria se alguém lhe perguntasse como conseguiram consultar diretamente o tal manuscrito, quando todos sabem que o mesmo foi destruído em 1944!

Convém, no entanto, não se deixar levar pela neurose da primeira mão. O fato de Napoleão ter morrido a 5 de maio de 1821 é conhecido de todos, geralmente através de fontes de segunda mão (livros de história escritos com base em outros livros de história).

Se alguém pretendesse estudar mesmo a data da morte de Napoleão, deveria procurar documentos da época. Mas se você está tratando da influência da morte de Napoleão sobre a psicologia dos jovens liberais europeus, poderá confiar num livro qualquer de história e acatar a data como boa. O problema, quando se recorre a fontes de segunda mão (declarando-o), é controlar sua multiplicidade e averiguar se uma dada citação ou menção de um fato são confirmadas por diferentes autores. De outro modo, é preciso ter cuidado: ou se descarta aquele fato ou se recorre aos originais.

Por exemplo: tendo aludido ao pensamento estético de São Tomás, direi que alguns textos contemporâneos que discutem esse problema partem do pressuposto de que São Tomás afirmou: "*pulchrum est id quod visum placet*". Ora, eu próprio, que fiz minha tese sobre esse tema, esmиеcei os textos originais e descobri que São Tomás *nunca dissera semelhante coisa*. Dissera, sim, que "*pulchra dicuntur quae visa placent*", não pretendo, no momento, explicar por que as duas formulações podem levar a conclusões interpretativas diversas. Que sucedera? A primeira fórmula fora proposta, há muitos anos, pelo filósofo Maritain, que presumia estar fielmente interpretando o pensamento de São Tomás, e a partir daí outros estudiosos tinham se remetido àquela fórmula (extraída de uma fonte de segunda mão) sem se preocuparem em recorrer à fonte de primeira mão.

Idêntico problema se coloca também quanto às citações bibliográficas. Precisando acabar logo a tese, você decide encaixar na bibliografia coisa que não leu, ou mesmo falar dessas obras em notas de rodapé (ou, no corpo do texto, o que é ainda pior), utilizando informações colhidas aqui e ali. Poderia então acontecer de você fazer uma tese sobre o Barroco, tendo lido o artigo, de Luciano Anceschi, "Bacone tra Rinascimento e Barocco", in *Da Bacone a Kant* (Bologna, Mulino, 1972). Você o cita e depois, para mostrar sapiência, após deparar com algumas notas num outro texto, acrescenta: "Para outras observações pertinentes e estimulantes sobre o mesmo tema, ver, do mesmo autor, 'L'Estética de Bacone', in *L'Estetica dell'empirismo inglese*, Bologna, Alfa, 1959". Você fará triste figura quando alguém lhe observar que se trata do mesmo ensaio, republicado treze anos depois, tendo aparecido da primeira vez numa edição universitária de tiragem limitada.

Tudo quanto foi dito a respeito das fontes de primeira mão continua válido se o objeto da tese não for uma série de textos, mas um fenômeno porventura em curso. Se quero falar sobre as reações dos camponeses de uma dada região aos telejornais, é fonte de primeira mão a pesquisa que terei feito *in loco*, entrevistando, segundo as regras, uma amostra fidedigna e suficiente de camponeses. Ou, no máximo, uma pesquisa análoga, recém-publicada, de uma fonte fidedigna. Mas, se eu me limitasse a citar dados de uma pesquisa de dez anos atrás, é claro que estaria agindo erradamente, quando mais não fosse porque, de então para cá, mudaram tanto os camponeses

quanto os telejornais. Seria diferente se eu fizesse uma tese sobre *As Pesquisas sobre a Relação entre Público e Televisão nos Anos Sessenta*.

3.2. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.2.1. Como usar a biblioteca

De que maneira se faz uma pesquisa preliminar na biblioteca? Quando já se dispõe de uma bibliografia segura, o passo óbvio é dirigir-se ao catálogo por autores e verificar o que a biblioteca em questão pode fornecer. Em seguida, outras bibliotecas são visitadas, e assim por diante. Mas esse método pressupõe uma bibliografia já pronta (e o acesso a uma série de bibliotecas, talvez uma em Roma e outra em Londres). Não deve ser esse o caso de meus leitores. Não se pense também que seja o dos estudiosos profissionais. O interessado poderá vez por outra dirigir-se à biblioteca à cata de um livro que sabe existir, mas em geral não vai ali *com* a bibliografia, mas *organizar* uma.

Organizar uma bibliografia significa buscar aquilo cuja existência ainda se ignora. O bom pesquisador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima idéia sobre um tema e sair dali sabendo um pouco mais sobre ele.

O catálogo — Para procurarmos aquilo cuja existência ainda ignoramos, a biblioteca oferece certas facilidades. A primeira é, naturalmente, o *catálogo por assuntos*. O catálogo alfabético por autores se destina àqueles que já sabem o que querem. Para quem ainda não o sabe, há o catálogo por assuntos. Por meio dele, uma boa biblioteca informa tudo o que posso encontrar em suas salas — a queda do Império Romano do Ocidente, por exemplo.

Mas o catálogo por assuntos exige que se saiba como consultá-lo. É claro que não haverá o título “Queda do Império Romano” na letra *Q* (a menos que se trate de uma biblioteca com um fichário muito sofisticado). Será preciso procurar em “Império Romano”, depois em “Roma”, depois em “História (romana)”. E se caso já dispomos de algumas informações preliminares do curso secundário teremos o cuidado de procurar em “Rômulo Augusto” ou “Augusto (Rômulo)”, “Orestes”, “Odoacro”, “Bárbaros” e “Romano-bárbaros (Reinos)”. Mas os problemas não param aí. Acontece que, em muitas bibliotecas, existem dois catálogos por autores e dois por assuntos, isto é, o antigo, que vai até uma certa data, e o novo, talvez em vias de complementação e que mais tarde incluirá o antigo, mas não por enquanto. E não quer isto dizer que a Queda do Império Romano se encontre no antigo só por ter acontecido há muito tempo; pode haver um livro sobre o assunto publicado há apenas dois anos e incluído unicamente no catálogo novo. Em algu-

mas bibliotecas existem catálogos separados para diferentes temas. Em outras, autores e assuntos aparecem num só. Em outras, ainda, há catálogos distintos para livros e revistas (divididos por assuntos e autores). Em suma, é preciso estudar o funcionamento da biblioteca onde se trabalha e decidir em conformidade. Poderá ainda acontecer que se encontre uma biblioteca que tem livros no primeiro pavimento e as revistas no segundo.

Uma certa intuição também é necessária. Caso o catálogo antigo seja muito velho e estejamos procurando o verbete “Retórica”, será melhor dar uma olhada em “Rethórica” também, pois talvez um classificador metucioso tenha adotado a grafia antiga em todos os títulos.

Note-se em seguida que o catálogo por autores é sempre mais seguro que o catálogo por assuntos, dado que sua compilação independe da interpretação do bibliotecário, sempre presente naquele. Com efeito, se a biblioteca possuir um livro de Rossi Giuseppe, esse nome constará inevitavelmente no catálogo por autores. Mas se Rossi Giuseppe escreveu um artigo sobre “O Papel de Odoacro na Queda do Império Romano do Ocidente e o Estabelecimento dos Reis Romanos-Bárbaros”, o bibliotecário poderá tê-lo inserido em “Roma (História de)” ou “Odoacro”, enquanto você procura em “Império do Ocidente”.

Mas pode ocorrer o caso de o catálogo não me dar as informações que procuro. Então, preciso começar de bases mais elementares. Em qualquer biblioteca há uma seção ou sala de *Consultas*, onde se encontram as enciclopédias, histórias universais e catálogos bibliográficos. Caso eu busque algo sobre o Império Romano do Ocidente, deverei investigar o que existe sobre história romana, elaborar uma bibliografia básica a partir dos volumes de consulta à minha disposição e prosseguir, a partir daí, verificando o catálogo por autores.

Catálogos bibliográficos — São os mais seguros para quem já tenha uma idéia clara do tema que pretende trabalhar. Para algumas disciplinas, existem manuais célebres onde se encontram todas as informações bibliográficas necessárias. Para outras, existem publicações continuamente atualizadas de catálogos ou mesmo de revistas dedicadas exclusivamente à bibliografia dessa matéria. Para outras, ainda, há revistas que trazem a cada número um apêndice informativo sobre as publicações mais recentes. A consulta dos catálogos bibliográficos — na medida em que estiverem *atualizados* — é essencial como complemento da pesquisa no catálogo da biblioteca. Com efeito, a biblioteca pode ser muito bem servida no que diz respeito a obras mais antigas e ser carente de trabalhos mais novos. Ou pode proporcionar-nos histórias e manuais da disciplina em questão datados, por exemplo, de 1960, com utilíssimas indicações bibliográficas, mas sem que se possa saber se saiu algo interessante em 1975 (talvez a biblioteca possua estas obras recentes, mas as tenha classificado num assunto em que não se tenha pensado). Ora, um catá-

logo bibliográfico atualizado dá-nos exatamente essas informações sobre as últimas contribuições na matéria.

O modo mais cômodo de escolher os catálogos bibliográficos é, em primeiro lugar, solicitar os títulos ao orientador da tese. Em segunda instância, pode-se recorrer ao bibliotecário (ou ao encarregado do departamento de informações), o qual provavelmente nos indicará a sala ou a estante em que estes catálogos estão à disposição. Não é possível dar mais conselhos sobre este ponto, pois, como se disse, o problema varia muito de disciplina para disciplina.

O bibliotecário – É preciso superar a timidez, pois, com frequência, o bibliotecário nos orientará com segurança, fazendo-nos ganhar muito tempo. Devemos pensar que (afora casos de diretores muito ocupados ou neuróticos) um diretor de biblioteca, principalmente se for pequena, se delicia em demonstrar duas coisas: a excelência de sua memória e de sua erudição e a riqueza da biblioteca que dirige. Quanto mais longe do centro e menos freqüentada, mais ele se preocupa por ela ser desconhecida. E, naturalmente, regozijar-se-á por uma pessoa pedir ajuda.

É claro que, se por um lado se deve contar muito com a ajuda do bibliotecário, por outro, não convém confiar nele cegamente. Escute seus conselhos, mas procure também outras coisas por conta própria. O bibliotecário não é um perito universal e além do mais ignora que tratamento específico queremos dar ao nosso estudo. Pode considerar fundamental uma obra que nos servirá muito pouco e não outra que nos será, ao contrário, utilíssima, mesmo porque não existe *a priori* uma hierarquia de obras úteis e importantes. Para os objetivos de nossa pesquisa, uma idéia contida quase por engano na página de um livro de outra forma inútil (e considerado irrelevante por quase todos) pode revelar-se decisiva; tal página precisa ser descoberta por nós, com empenho e um pouco de sorte, sem esperar que alguém lha ofereça numa bandeja de prata.

Consultas interbibliotecas, catálogos computadorizados e empréstimos de outras bibliotecas – Muitas bibliotecas publicam catálogos atualizados de suas aquisições: portanto, em algumas delas e para certas disciplinas é possível consultar catálogos que informam sobre o que se pode encontrar em outras bibliotecas nacionais e até mesmo estrangeiras. Também aqui convém pedir informações ao bibliotecário. Existem bibliotecas especializadas ligadas por computador a centrais de memória, que nos podem dizer em poucos segundos onde um determinado livro se encontra.

Será difícil encontrar uma biblioteca com semelhantes facilidades em nosso país, mas convém informar-se antes.

Uma vez detectado o livro em outra biblioteca, nacional ou estrangeira, não se esqueça que em geral existe um *serviço de empréstimos interbibliotecas*, nacional ou internacional. Isso leva algum tempo, mas, em se tratando de livros muito raros, vale a pena tentar. Tudo depende de se a biblioteca a quem se dirige o pedido empresta

esse livro (algumas só fornecem cópias), razão pela qual se deve estudar as possibilidades para cada caso, se possível com o auxílio do professor. De qualquer forma, lembre-se de que muitas vezes as instituições existem mas não funcionam porque não as acionamos.

Por exemplo, na Itália, para saber se determinado livro existe, e em que biblioteca, podemos nos dirigir ao

Centro Nazionale de Informazioni Bibliografiche
Biblioteca Nazionale Centrale Vittorio Emanuele II
00186 – ROMA – Itália

ou ao

Consiglio Nazionale delle Ricerche
Centro Nazionale Documentazione Scientifica
Piazzale delle Scienze 7 – tel. 490151
ROMA – Itália

Lembre-se também de que muitas bibliotecas possuem uma lista das novas aquisições, ainda não inseridas no catálogo. Finalmente, não se esqueça de que, se se está fazendo um trabalho sério, no qual o próprio orientador está interessado, talvez se possa convencer sua faculdade a *adquirir* alguns textos importantes que, de outro modo, não se pode ter acesso.

3.2.2. Como abordar a bibliografia: o fichário

Naturalmente, para organizar uma bibliografia de base, cumpre manusear muitos livros. E muitas bibliotecas só liberam um ou dois, de cada vez, resmungam se você volta depressa demais para trocá-los, fazem-no perder muito tempo entre uma requisição e outra.

Por isso, é aconselhável não procurar ler, na primeira assentada, todos os livros encontrados, mas elaborar a bibliografia básica. Neste sentido, a consulta preliminar dos catálogos permitirá que se faça os pedidos quando já se dispõe da lista. Mas a lista obtida dos catálogos poderá não dizer coisa alguma, e ficamos sem saber qual o livro a ser pedido em primeiro lugar. Por isso, a consulta dos catálogos deverá ser acompanhada de uma averiguação preliminar dos livros da sala de consultas. Quando se encontra um capítulo sobre o tema escolhido, com a respectiva bibliografia, pode-se lê-lo rapidamente (para retomá-lo mais tarde), mas deve-se passar imediatamente à bibliografia e copiá-la *inteira*. Ao fazê-lo, entre o capítulo consultado e as eventuais notas que acompanham a bibliografia, se for organizada racionalmente, far-se-á uma idéia de quais são os livros, dentre os enumerados, que o autor considera básicos, e poderá depois pedi-los. Além disso, se se examinar não uma, mas várias obras de consulta, já terá feito um controle cruzado das bibliografias e descoberto quais as obras mais citadas por todos. Terá, assim, estabelecido uma hierarquia inicial. Semelhante hierarquia talvez

seja questionada no curso de seu trabalho, mas por enquanto é um bom ponto de partida.

Objetar-se-á que, se há dez obras de consulta, copiar a bibliografia de cada uma é trabalho longo e estafante; ademais, arriscamo-nos a ter de consultar centenas de livros, mesmo fazendo uso do controle para eliminar os repetidos (colocando a primeira bibliografia em ordem alfabética, o controle das outras é facilitado). Mas toda biblioteca que se preze dispõe de uma copiadora xerográfica, fornecendo cópias a baixo preço. Uma bibliografia específica numa obra de consulta, salvo casos excepcionais, ocupa poucas páginas. Com uns poucos cruzeiros você poderá xerocar uma série de bibliografias e depois, em casa, organizá-las com calma. Somente depois disso você voltará à biblioteca para averiguar o que realmente lhe será possível obter. A esta altura, ter uma ficha para cada livro se mostrará útil, uma vez que, em cada uma delas, você poderá anotar a sigla da biblioteca e onde ele se localiza (uma ficha poderá conter também várias siglas e várias localizações onde os livros se encontram; mas também haverá fichas sem siglas e isso será uma desgraça, nossa ou da nossa tese).

Ao procurar uma bibliografia, à medida que vou deparando com os títulos, ver-me-ei tentado a anotá-los num caderno. A seguir, quando for verificá-los num catálogo por autores, se os livros identificados na bibliografia estão disponíveis *in loco*, anoto ao lado do título a localização. Mas, se tiver anotado muitos títulos (e, numa primeira pesquisa sobre determinado tema, facilmente podem chegar a centenas), — a menos que depois se decida que muitos são para pôr de lado.

Portanto, o sistema mais cômodo é o de um pequeno *arquivo de fichas*. À medida que vou encontrando os livros, uma ficha é aberta para cada um. Ao descobrir que um livro existe em dada biblioteca, anoto esse fato. Tais fichas são encontradas em qualquer papelaria e são baratas. Mas pode-se fazê-las em casa. Cem ou dezentas delas ocupam pouco espaço e podem ser levadas na bolsa toda vez que se for à biblioteca. No fim, você terá uma imagem clara do que poderia encontrar e do que já encontrou, tudo em ordem alfabética e de fácil acesso. Querendo, você poderá organizar a ficha de modo que no alto, à direita, conste a localização na biblioteca; no alto, à esquerda, uma sigla convencional que informa se o livro lhe interessa como referência geral, como fonte para um capítulo etc.

É claro que se não se tiver paciência para manter um fichário, poderá recorrer ao caderno. Mas os inconvenientes são evidentes: talvez você anote na primeira página os autores que começam com A, na segunda os que começam com B, e, após preencher a primeira, não saberá mais onde enfiar um artigo de Azzimonti Federico ou de Abbati Gian Saverio. Melhor seria adotar o método das listas telefônicas. Abbati não virá antes de Azzimonti, mas ambos estarão nas quatro páginas reservadas à letra A. Em todo caso, o arquivo de

fichas é o melhor e poderá servir-lhe para outro trabalho quando você tiver terminado a tese, ou ser emprestado a outra pessoa que vá trabalhar com o mesmo tema.

No Cap. 4 falaremos de outros tipos de arquivos, como o *arquivo de leitura*, o *arquivo de idéias*, ou o *arquivo de citações* (e veremos também em que casos semelhante proliferação de fichas se faz necessária). Aqui, cumpre insistir em que o arquivo bibliográfico não deverá ser identificado com o de leitura, e por isso anteciparemos desde já algumas idéias a respeito deste último.

O *arquivo de leitura* compreende fichas, de preferência em formato grande, dedicadas aos livros (ou artigos) que você de fato leu: nelas você registrará resumos, opiniões, citações, enfim, tudo que puder servir para referir o livro lido no momento da redação da tese (quando já não terá o livro à sua disposição) e da *bibliografia final*. Esse arquivo não precisa ser portátil e, ao invés de fichas, poderá ser formado de folhas grandes (embora o formato de ficha facilite o manuseio).

O *arquivo bibliográfico* já é diferente: registrará *todos os livros a serem procurados*, e não só os que você encontrou e leu. Pode-se ter um arquivo bibliográfico de dez mil títulos e um de leitura de dez — apesar de tal situação sugerir que a tese começou muito bem e acabou muito mal.

O arquivo bibliográfico deve nos acompanhar sempre que formos a uma biblioteca. Suas fichas registram apenas os dados essenciais do livro em questão e a sua localização nas bibliotecas exploradas. No máximo, conterão anotações do tipo “muito importante segundo o autor X” ou “a ser encontrado de qualquer maneira” ou ainda “fulano disse que é obra de pouca valia” e até “a ser comprado”. Isto é tudo. Uma ficha de leitura pode ser múltipla (um livro pode dar origem a várias fichas de anotação), mas a bibliográfica é apenas uma.

Quanto melhor elaborado for o fichário, mais um arquivo bibliográfico poderá ser conservado e integrado por pesquisas posteriores, ou emprestado (ou mesmo vendido): razões de sobra para elaborá-lo bem e de forma legível. Não convém garatujar um título, porventura errado, em caracteres estenográficos. *Freqüentemente o arquivo bibliográfico inicial* (após terem sido assinalados nas fichas os livros encontrados, lidos e classificados no arquivo de leitura) *pode constituir a base para a redação da bibliografia final*.

São estas, pois, as nossas instruções para o registro correto dos títulos, ou seja, *as normas de citação bibliográfica*. Elas são válidas para:

- 1) *A ficha bibliográfica*
- 2) *A ficha de leitura*
- 3) *A citação dos livros em notas de rodapé*
- 4) *A redação da bibliografia final*,

e deverão ser retomadas nos diversos capítulos em que nos ocuparmos dessas fases do trabalho. *Mas são fixadas aqui de uma vez por todas.* Trata-se de normas muito importantes e você deverá ter a paciência de familiarizar-se com elas. Note que são acima de tudo normas *funcionais* por permitirem a qualquer um identificar o livro de que se fala. Mas são também normas, por assim dizer, de *etiqueta erudita*: sua observação revela que a pessoa familiarizada com a disciplina, quando violadas, traem o *parvenu* científico e, por vezes, lança uma sombra de descrédito sobre um trabalho em tudo o mais bem feito. Não são, pois, normas vãs desprovidas de conteúdo, meros caprichos de teóricos. No esporte, na filatelia, no bilhar, na política, quem quer que empregue mal as “expressões-chave” é olhado com suspeita, como uma espécie de intruso, alguém que não é “dos nossos”. É preciso amoldar-se às regras do grupo a que se deseja pertencer: “Chi non piscia in compagnia o è un ladro o è una spia”.

Além disso, para violar regras ou opor-se a elas importa antes de tudo *conhecê-las* e, eventualmente, saber mostrar sua inconsistência ou função meramente repressiva. Antes de afirmar que não é necessário sublinhar o título de um livro, é mister saber *que* se sublinha e *por que* se sublinha.

3.2.3. A citação bibliográfica

Os livros — Eis um exemplo de citação errada:

Wilson, J., “Philosophy and religion”, Oxford, 1961.

A citação está errada pelas seguintes razões:

1) Fornece apenas a inicial do prenome do autor. A inicial não basta, sobretudo porque, de uma pessoa, quero sempre saber o nome e o sobrenome; depois, porque pode haver dois autores com o mesmo sobrenome e com a mesma inicial. Se leio que o autor do livro *Clavis universalis* é P. Rossi, jamais saberei se se trata do filósofo Paolo Rossi, da Universidade de Florença, ou do filósofo Pietro Rossi, da Universidade de Turim. Quem é J. Cohen? O crítico e estético francês Jean Cohen ou o filósofo inglês Jonathan Cohen?

2) Não é preciso colocar entre aspas o título do livro, pois é costume quase universal fazer isso com títulos de capítulos ou artigos de revista. Em todo caso, seria melhor escrever *Religion* com R maiúsculo, porquanto os títulos anglo-saxões empregam com maiúsculas substantivos, adjetivos e verbos, e com minúsculas artigos, partículas, preposições e advérbios (exceto quando constituem a última palavra do título: *The Logical Use of If*).

3) É errado dizer *onde* um livro foi publicado e não esclarecer *por quem*. Suponha que você encontre um livro que considere importante, que gostaria de comprar e que traga a indicação: “Milão, 1975”. Qual a editora? Mondadori, Rizzoli, Rusconi, Bompiani,

Feltrinelli, Vallardi? Como poderá o livreiro ajudá-lo? E se a indicação for: “Paris, 1976”, para onde você escreverá? O nome da cidade só bastará se se tratar de obras antigas (“Amsterdã, 1678”), encontráveis só em bibliotecas ou em circuitos restritos de antiquários. Se um livro trazer a indicação “Cambridge”, de que cidade se trata? De Cambridge da Inglaterra ou dos Estados Unidos? Há muitos autores importantes que só mencionam a cidade nos livros. A menos que se trate de verbetes de enciclopédia (que usam critérios de brevidade para economizar espaço), esteja certo de que se trata de autores esnobes, que desprezam seu público.

4) De qualquer forma a citação “Oxford” está errada. Tal livro não foi editado em Oxford. Foi, como está no frontispício, pela Oxford University Press, que é uma editora com sede em Londres (bem como em Nova Iorque e em Toronto). Além do mais, foi impresso em Glasgow, mas menciona-se sempre *o local da edição, não o da impressão* (salvo para os livros antigos, quando os dois locais coincidem, pois o editor era ao mesmo tempo impressor e livreiro). Encontrei numa tese um livro indicado como “Bompiani, Farigliano” porque tinha sido impresso (como se evidenciava pelo “acabado de imprimir”) em Farigliano. Quem comete tais disparates dá a impressão de nunca ter visto um livro em sua vida. Para sua segurança, não se contente com os dados do frontispício, mas vá até a página seguinte, a do *copyright*. Lá você encontrará o local verdadeiro da edição, a data e o número da edição.

Limitando-se ao frontispício, poderá incorrer em erros patéticos, como aqueles desavisados que, para os livros publicados pela Yale University Press, Cornell University Press e Harvard University Press, indicam como local de publicação Yale, Cornell e Harvard: nomes não de localidades, mas de célebres universidades particulares. Os locais são New Haven, Cambridge (Massachusetts) e Ithaca. Seria o mesmo se um estrangeiro deparasse com um livro editado pela Università Cattolica e o desse como publicado na jovial cidadezinha balneária da costa adriática. Última advertência: é bom mencionar a cidade da edição sempre na *lingua original*. Portanto, Milano e não Milão, London e não Londres.

5) Quanto à data, está certa por acaso. Nem sempre a assinalada no frontispício é a verdadeira. Pode ser a da última edição. Apenas na página do *copyright* você encontrará a data da primeira edição (e poderá descobrir que a primeira edição foi publicada por outra editora). A diferença às vezes se revela importante. Suponhamos que você depare com uma citação assim:

Searle, J., *Speech Acts*, Cambridge, 1974.

Afora outras inexatidões, se consultarmos o *copyright* descobriremos que a primeira edição é de 1969. Ora, pode ser que, em sua tese, se trate de estabelecer se Searle falou dos *speech acts* antes ou depois de outros autores, razão por que a data da primeira edição

é fundamental. Além disso se se ler com atenção o prefácio do livro, dar-se-á conta de que sua tese principal foi apresentada como dissertação de PhD em Oxford no ano de 1959 (dez anos antes, portanto) e de que, no entretanto, várias partes do livro apareceram em inúmeras revistas filosóficas.

Ninguém pensaria em fazer uma citação destas:

Manzoni, Alessandro, *I promessi sposi*, Malfetta, 1976.

apenas por ter em mãos uma edição recente aparecida em Malfetta. Ora, quando se trabalha sobre um autor Searle equivale a Manzoni: você não deve difundir idéias erradas sobre seu trabalho, jamais. E se ao estudarmos Manzoni, Searle ou Wilson utilizarmos uma edição posterior, revista e aumentada, precisaremos especificar a data da primeira edição tanto quanto a da que você utilizou.

Agora que já vimos como *não* se deve citar um livro, examinemos a seguir cinco maneiras de citar corretamente os dois livros que mencionamos. Fique claro que existem outros critérios, cada um dos quais válido enquanto permitir: (a) distinguir livros de artigos ou de capítulos de outros livros; (b) determinar sem equívocos o nome do autor e o título; (c) determinar o local de publicação, editora e edição; (d) determinar, eventualmente, a espessura ou a dimensão do livro. Deste modo, os exemplos que damos são todos bons de um modo geral, embora prefiramos o primeiro por várias razões:

1. Searle, John R. *Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language*. 1.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1969 (5.^a ed., 1974), pp. VIII-204.
Wilson, John. *Philosophy and Religion – The Logic of Religious Belief*. London, Oxford University Press, 1961, pp. VIII-120.
2. Searle, John R., *Speech Acts* (Cambridge: Cambridge, 1969).
Wilson, John, *Philosophy and Religion* (London, Oxford, 1961).
3. Searle, John R., *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press, 1.^a ed., 1969 (5.^a ed., 1974), pp. VIII-204.
Wilson, John, *Philosophy and Religion*, London, Oxford University Press, 1961, pp. VIII-120.
4. Searle, John R., *Speech Acts*. London: Cambridge University Press, 1969.
Wilson, John, *Philosophy and Religion*. London: Oxford University Press, 1961.
5. SEARLE, John R.
1969 *Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge, Cambridge University Press (5.^a ed., 1974), pp. VII-204.
WILSON, John
1961 *Philosophy and Religion – The Logic of Religious Belief*. London, Oxford University Press, pp. VIII-120.

Existem, naturalmente, soluções mistas: no exemplo 1, o nome do autor poderia aparecer em maiúsculas, como no 5; no exemplo 4, o subtítulo poderia constar, como no 1 e no 5. E há também, como veremos, sistemas ainda mais complicados, que chegam a mencionar o nome da coleção.

Em todo caso, consideramos válidos esses cinco exemplos. Deixamos de parte, por ora, o exemplo 5, caso de bibliografia especializada (sistema de referência autor-ano), do qual falaremos mais adiante, tanto a propósito das notas quanto da bibliografia final. O segundo exemplo é tipicamente americano, sendo mais usado em notas de rodapé do que em bibliografias finais. O terceiro, alemão por excelência, é muito raro hoje em dia, e não acho que ofereça qualquer vantagem. O quarto é bastante usado nos Estados Unidos e considero-o extremamente antipático, pois não permite distinguir logo o título da obra. Já o sistema número 1 nos diz tudo o que é preciso, informa com clareza que se trata de um livro e qual a espessura desse livro.

As revistas – Veremos quão cômodo é esse sistema procurando citar de três modos diferentes um artigo de revista:

ANCESCHI, Luciano. "Orizzonte della poesia". *Il Verri* 1 (NS), fevereiro 1962: 6-21.

ANCESCHI, Luciano. "Orizzonte della poesia", *Il Verri* 1 (NS), pp. 6-21.

ANCESCHI, Luciano, *Orizzonte della poesia*, in "Il Verri", fevereiro 1962, pp. 6-21.

Haveria ainda outros sistemas, mas vejamos desde já o primeiro e o terceiro. O primeiro coloca entre aspas o artigo e em grifo a revista; o terceiro traz o artigo em grifo e a revista entre aspas. Por que o primeiro é preferível? Porque permite, à primeira olhada, saber que "Orizzonte della poesia" não é um livro e sim um texto curto. Assim, os artigos de revista entram na mesma categoria (como se verá) dos capítulos de livros e de atas de congressos. É claro que o segundo exemplo é uma variação do primeiro; elimina apenas a referência ao mês de publicação. Mas, se o primeiro me fornece até a data do artigo e o segundo não, este é defeituoso. Teria sido melhor colocar, pelo menos: *Il Verri* 1, 1962. Você notará que ali consta também a indicação (NS), ou seja, "Nova Série". E isso é importantíssimo porque *Il Verri* teve uma primeira série com outro número 1, de 1956. Sendo preciso citar aquele número (que, obviamente, não poderia trazer a indicação "série antiga"), o melhor será proceder assim:

GORLIER, Claudio. "L'Apocalisse di Dylan Thomas". *Il Verri* I, 1, outono 1956, pp. 39-46,

onde, como se vê, além do número, está especificado a "safra". A outra citação poderia ser reformulada como segue:

ANCESCHI, Luciano. "Orizzonte della poesia". *Il Verri* VII, 1, 1962, pp. 6-21.

Note-se, ademais, que certas revistas numeram os fascículos progressivamente, durante o ano (ou por volume: e, num ano, podem ser publicados mais volumes). Assim, se se quiser, o número do fascículo pode ser omitido, bastando registrar o ano e a página.

Exemplo:

GUGLIELMI, Guido. "Tecnica e letteratura". *Lingua e stile*, 1966, pp. 323-340.

Se folhear a revista na biblioteca, descobrirei que a página 323 está no terceiro fascículo da primeira "safra". Mas não percebo a razão de submeter o leitor a semelhante ginástica (embora o façam alguns autores) quando seria mais cômodo escrever:

GUGLIELMI, Guido. "Tecnica e letteratura". *Lingua e stile*, 1, 1, 1966.

Destarte, mesmo não fornecendo a página, o artigo pode ser encontrado mais facilmente. Pensem também que, caso eu pretendesse pedir um número atrasado ao editor, não a página, mas o número é que me interessaria. Todavia, a indicação das páginas inicial e final servem-me para saber se se trata de um artigo longo ou de uma breve nota, constituindo, pois, indicação sempre recomendável.

Vários autores e Organizado por — Passemos agora aos capítulos de obras mais vastas, sejam elas coletâneas e ensaios de um mesmo autor ou de vários. Eis um exemplo simples:

MORPURGO-TAGLIABUE, Guido. "Aristotelismo e Barroco". In: VVAA, *Retorica e Barocco*. Atti del III Congresso Internazionale di Studi Umanistici, Venezia, 15-18, junho 1954, organizado por Enrico Castelli, Roma, Bocca, pp. 119-196.

Que me diz semelhante indicação? Tudo o que preciso, a saber:

(a) Trata-se de um texto inserido numa coletânea de outros textos; portanto, o de Morpurgo-Tagliabue não é um livro, embora pelo número de páginas (77) se conclua que é um estudo bastante consistente.

(b) A coletânea traz o título de *Retorica e Barocco*, reunindo textos de vários autores (VVAA).

(c) Tal coletânea constitui a documentação de uma convenção. Sabê-lo é importante porque, em algumas bibliotecas, posso descobrir que o volume está etiquetado sob "Atas de convenções e congressos".

(d) A coletânea foi organizada por Enrico Castelli. Dado de superior importância, não apenas porque em algumas bibliotecas poderei encontrá-la sob o nome "Castelli, Enrico", mas também porque os nomes de vários autores não aparecem na forma anglo-saxônica (Vários Autores), mas sob o nome do organizador. Portanto, o volume apareceria assim numa bibliografia italiana:

VVAA. *Retorica e Barocco*. Roma, Bocca, 1955, pp. 256, 20 tav.

numa bibliografia americana tomaria a seguinte forma:

Castelli, Enrico (ed.), *Retorica e Barocco*, etc.,

onde "ed." significa "editor" ou organizador, ou ainda "organizado por" ("eds." quer dizer que há mais de um organizador).

Por imitação do uso americano, registrar-se-ia esse livro como:

Castelli, Enrico (organizado por), *Retorica e Barocco*, etc.

São coisas que se deve saber para descobrir um livro num catálogo de biblioteca ou numa outra bibliografia.

Como veremos no parágrafo 3.2.4, a propósito de um experimento concreto de pesquisa bibliográfica, a primeira citação que encontrarei desse artigo, na *Storia della Letteratura Italiana* de Garzanti, falará nos seguintes termos do ensaio de Morpurgo-Tagliabue:

a considerar... a coletânea *Retorica e Barocco*, *Atti del III Congresso Internazionale di Studi Umanistici*, Milano, 1955, e particularmente o importante ensaio de G. Morpurgo-Tagliabue, *Aristotelismo e Barocco*.

Trata-se de uma péssima indicação bibliográfica, dado que: (a) não nos diz o nome próprio do autor, (b) leva a crer que o congresso se reuniu em Milão ou que o editor é de Milão (e ambas as alternativas estão erradas), (c) não informa quem é o editor, (d) não diz a extensão do ensaio, (e) nem quem foi o organizador do volume, mesmo deixando entrever, com a antiquada expressão "coletânea", que se trata de uma reunião de textos de vários autores.

Falharíamos se fizéssemos o mesmo em nossa ficha bibliográfica. Devemos deixar ali espaços em branco para as indicações que por ora faltam. Deste modo, anotaremos o livro da seguinte forma:

Morpurgo-Tagliabue, G. ...

"Aristotelismo e Barocco", in VVAA, *Retorica e Barocco* — Atti del III Congresso Internazionale di Studi Umanistici, ... , organizado por... , Milano, ... 1955, pp.

de maneira que, nas lacunas, possam depois entrar as informações que colheremos em outra bibliografia, no catálogo da biblioteca ou mesmo no próprio livro.

Muitos autores e nenhum organizador — Suponhamos agora que desejemos registrar um ensaio aparecido num livro que é obra de quatro diferentes autores, sem que nenhum deles se apresente como organizador. Tenho em mãos, à guisa de exemplo, um livro alemão contendo quatro ensaios, respectivamente de T. A. van Djik, Jens Ihwe, Janos S. Petöfi e Hannes Rieser. Por comodidade, num caso assim, indica-se apenas o primeiro autor, seguido do *et al.*, que significa *et alii*:

DJIK, T. A. van *et al.*, *Zur Bestimmung narrativer Strukturen*, etc.

Vejamos agora um caso mais complexo. Trata-se de um longo artigo que aparece no terceiro tomo do 12.º volume de uma obra

coletiva, da qual cada volume tem um título distinto do da obra como um todo:

HYMES, Dell. "Anthropology and Sociology". In: SEBEOK, Thomas A., org., *Current Trends in Linguistics*, vol. XII, *Linguistics and Adjacent Arts and Sciences*, t. 3, The Hague, Mouton, 1974, pp. 1445-1475.

Isto para citar o artigo de Dell Hymes. Se tiver, ao contrário, de citar a obra como um todo, o que o leitor espera não é mais *em qual* volume se encontra Dell Hymes, mas em *quantos volumes* é a obra:

SEBEOK, Thomas A., org., *Current Trends in Linguistics*, The Hague, Mouton, 1967-1976, 12 vols.

Quando tenho de citar um ensaio contido num volume de ensaios do mesmo autor, o procedimento não difere do caso de Vários Autores, salvo que lá omito o nome do autor antes do livro:

ROSSI-LANDI, Ferruccio. "Ideologia come progettazione sociale". In: *Il linguaggio come lavoro e come mercato*, Milano, Bompiani, 1968, pp. 193-224.

Note-se que, usualmente, o título do capítulo é *in* um dado livro, ao passo que o artigo de revista não é *in* a revista, seguindo-se o nome desta diretamente ao título do artigo.

A série — Um sistema de citação mais perfeito aconselha anotar também a coleção onde o livro aparece. Trata-se de uma informação dispensável, a meu ver, pois a obra já fica suficientemente determinada com a menção de autor, título, editor e ano de publicação. Mas em algumas disciplinas a coleção pode constituir uma garantia ou a indicação de uma certa tendência científica. A coleção se anota entre aspas após o título e traz o número de ordem do volume:

ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Il linguaggio come lavoro e come mercato*. "Nuovi Saggi Italiani 2", Milano, Bompiani, 1968, pp. 242.

Anônimos, Pseudônimos etc. — Há ainda os casos de autores anônimos, de pseudônimos e de artigos de enciclopédia com siglas.

No primeiro caso, basta colocar, no lugar do nome do autor, a palavra "Anônimo". No segundo, fornecer depois do pseudônimo o nome verdadeiro (se conhecido) entre parênteses, eventualmente seguido de um ponto de interrogação caso se trate de um hipótese válida. Se se trata de um autor reconhecido como tal pela tradição, mas cuja figura histórica foi posta em dúvida pela crítica recente, deve-se registrá-lo como "Pseudo". Exemplo:

Longino (Pseudo), *Del Sublime*.

No terceiro caso, embora o verbete "Secentismo" da Enciclopédia Treccani apareça com a sigla "M.Pr.", vai-se ao início do

volume, à lista de abreviaturas, onde se verifica tratar-se de Mario Praz. Portanto:

M(ario) Pr(az), "Secentismo", *Enciclopédia Italiana XXXI*.

Agora in — Existem obras que são agora acessíveis num volume de ensaios do mesmo autor ou numa antologia de uso corrente, mas que apareceram pela primeira vez em revista. Se se trata de uma referência marginal ao tema da tese, pode-se mencionar a fonte mais acessível; entretanto, se se trata de obras sobre as quais a tese se apóia especificamente, então os dados da *primeira* publicação passam a ser essenciais por razões de exatidão histórica. Nada impede que se use a edição mais acessível, mas se a antologia ou o volume de ensaios forem bem feitos, deve encontrar-se neles a referência à primeira edição do trabalho em questão. A partir dessa indicação, pode-se organizar referências bibliográficas assim:

KATZ, Jerrold J. e FODOR, Jerry A. "The Structure of a Semantic Theory", *Language* 39, 1963, pp. 170-210 (agora in FODOR, Jerry A., e KATZ, Jerrold J., eds., *The Structure of Language*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1964, pp. 479-518).

Quando usarmos a bibliografia especializada autor-data (de que falaremos em 5.4.3.), colocaremos como data externa a da primeira publicação:

KATZ, Jerrold J. e FODOR, Jerry A.
1963 "The Structure of a Semantic Theory", *Language* 39 (agora in FODOR, J. A. e KATZ, J. A., eds., *The Structure of Language*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1964, pp. 479-518).

Citações de jornais — As citações de jornais e semanários funcionam como as de revistas, salvo que é mais oportuno (por razões de localização) colocar a data antes do número. Precisando citar de *passagem* um artigo, não é estritamente necessário mencionar também a página (embora seja sempre útil), nem, no caso de jornais diários, indicar a coluna. Mas, se for o caso de um estudo específico sobre a imprensa, então tais indicações se tornam quase indispensáveis:

NASCIMBENI, Giulio. "Come l'Italiano santo e navigatore è diventato bipolare", *Corriere della Sera*, 25/6/1976, p. 1, col. 9.

Para os jornais que não tenham uma difusão nacional ou internacional (ao contrário do que acontece com *The Times*, *Le Monde* ou o *Corriere della Sera*), convém especificar a cidade: cf. *Il Gazzettino* (Veneza), 7/7/1975.

Citações de documentos oficiais ou de obras monumentais — Para os documentos oficiais existem abreviaturas e siglas que variam de disciplina para disciplina, tal como existem abreviaturas típicas para trabalhos sobre manuscritos antigos. Aqui, só podemos reme-

ter o leitor à literatura específica, em que se inspirará. Lembremos apenas que, no âmbito de uma dada disciplina, certas abreviaturas são de uso corrente e você não precisará dar outros esclarecimentos. Para um estudo sobre as atas do congresso americano, um manual aconselha citações assim:

S. Res. 218, 83d Cong., 2d Sess., 100 Cong. Rec 2972 (1954).

que os especialistas lêem como:

Senate Resolution number 218 adopted at the second session of the Eighty-Third Congress, 1954, and recorded in volume 100 of the *Congressional Record* beginning on page 2972.

Analogamente, num estudo sobre filosofia medieval, quando se indicar um texto como encontrável em P.L. 175, 948 (ou PL, CLXXV, col. 948), qualquer pessoa saberá que a referência é à coluna 948 do 175.º volume da *Patrologia Latina* de Migne, uma coletânea clássica de textos latinos do Medievo cristão. Mas, se se estiver elaborando *ex novo* uma bibliografia em fichas, será conveniente que, da primeira vez se anote a referência completa da obra, mesmo porque na bibliografia geral será melhor citá-la por extenso:

Patrologiae Cursus Completus, Series Latina, J.P. Migne, org., Paris, Garnier, 1844-1866, 222 vols. (+ *Supplementum*, Turnhout, Brepols, 1972).

Citações de clássicos — Para citar obras clássicas, existem convenções quase universais, do tipo título-livro-capítulo, parte-parágrafo ou canto-verso. Certas obras se acham divididas segundo critérios que remontam à Antiguidade; quando organizadores modernos lhes sobrepoem outras divisões, costumam conservar também a tradicional. Portanto, se quisermos citar a definição do princípio da não-contradição da *Metafísica* de Aristóteles, a citação será: *Met.* IV, 3, 1005b, 18.

Um trecho dos *Collected Papers* de Charles S. Peirce costuma citar-se: CP, 2.127.

Um versículo da Bíblia aparecerá como: 1 *Sam.* 14:6-9.

As comédias e tragédias clássicas (e as modernas) citam-se colocando o ato em algarismos romanos, a cena em arábicos e, eventualmente, o verso ou os versos: *Megera*, IV, 2:50-51. Os anglo-saxões preferem: *Shrew*, IV, ii, 50-51.

É claro que o leitor da tese deve saber que *Megera* quer dizer *A Megera Domada* de Shakespeare. Se a tese for sobre teatro elisabetano, não há problema. Mas se a citação aparecer como requinte numa tese de psicologia, será melhor fazer uma citação mais completa.

O principal critério deve ser o da praticidade e clareza: se me refiro a um verso de Dante como II.27.40, posso intuir que se trata do verso 40 do 27.º canto da segunda parté. Mas um apreciador preferiria *Purg.* XXVII, 40., sendo conveniente ater-se aos usos

disciplinares — que constituem um segundo critério, mas não menos importante.

Naturalmente, é preciso ficar atento aos casos ambíguos. Por exemplo, os *Pensamentos* de Pascal trazem um número diferente conforme se trate da edição de Brunswick ou de outra, pois sua ordenação difere. Tais coisas se aprendem na leitura da literatura crítica sobre o próprio tema.

Citações de obras inéditas e documentos privados — Teses, manuscritos e similares são especificados como tais. Dois exemplos:

LA PORTA, Andrea. *Aspetti di una teoria dell'esecuzione nel linguaggio naturale*. Tese apresentada à Faculdade de Letras e Filosofia, Bolonha, A.A. 1975-76.

VALESIO, Paolo. *Novantiqua: Rhetorics as a Contemporary Linguistic Theory*. Original datilografado em curso de publicação (gentileza do autor).

Assim também se podem citar cartas e comunicações pessoais. Sendo de importância secundária, basta dedicar-lhes uma nota, mas se tem uma importância decisiva para nossa tese, integrarão também a bibliografia:

Smith, John, Carta pessoal do autor (5/1/1976).

Como se verá em 5.3., para esse tipo de citação é de boa política solicitar a permissão de quem nos fez o comunicado pessoal e, caso este tenha sido verbal, submeter-lhe nossa transcrição para ser aprovada.

Originais e traduções — A rigor, um livro seria sempre consultado e citado no original. Mas a realidade é bem outra, sobretudo por existirem línguas que, no consenso geral, não é indispensável conhecer (como o búlgaro) e outras que não se é obrigado a saber (supõe-se que todo mundo sabe um pouco de inglês e francês, um pouco menos de alemão, que um brasileiro consiga entender algo do italiano e do espanhol e que, via de regra, ninguém conhece o russo ou o sueco). Em segundo lugar, certos livros podem muito bem ser lidos em tradução. Numa tese sobre Molière, seria coisa muito grave o autor não havê-lo lido em francês, mas se um estudante aborda o Renascimento, não cometerá um disparate se citar a *História da Itália* de Denis Mack Smith numa tradução para sua própria língua. E pode ser honesto citar a tradução em lugar do original.

No entanto, a indicação bibliográfica pode ser útil a outros que queiram utilizar a edição original, razão por que convém fornecer uma dupla indicação. O mesmo se dá caso se tenha lido o livro em inglês. Citá-lo em inglês é ótimo, mas por que não ajudar os leitores que desejem saber se existe uma tradução e qual a editora? Assim, pois, para ambos os casos, a melhor forma é esta:

MACK SMITH, Denis. *Italy. A Modern History*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1959 (trad. it. de Alberto Acquarone, *Storia d'Italia — de 1851 a 1958*, Bari, Laterza, 1959).

Existirão exceções? Algumas. Por exemplo, se a tese não for em grego e lhe acontecer citar (talvez numa dissertação sobre temas jurídicos) *A República* de Platão, bastará fazê-lo em sua própria língua, mas especificando tradução e edição.

Igualmente, se numa tese de antropologia você precisar citar

LOTMAN, Ju. M. e USPENSKIJ, B. A. *Tipologia della cultura*. Milano, Bompiani, 1975.

estará autorizado a citar apenas a tradução italiana, e por duas razões: é improvável que os leitores se ardam de desejo de ir buscar no original russo, e não existe um livro original por tratar-se de uma coletânea de ensaios publicados em várias revistas e reunidos pelo organizador italiano. No máximo, você poderá citar, após o título: organizado por Remo Faccani e Marzio Marzaduri. Mas, se sua tese fosse sobre a situação atual dos estudos semióticos, então seria necessária maior exatidão. Admitindo-se que você não consiga ler russo (nem sua tese seja sobre semiótica russa), pode-se supor que não esteja se referindo a esta coletânea em geral, mas, suponhamos, ao sétimo ensaio. Será então interessante saber quando foi publicado pela primeira vez e onde: informações que o organizador houve por bem fornecer em nota ao título. O ensaio será, pois, registrado assim:

LOTMAN, Juri M., "O ponjatii geograficeskogo prostranstva v russkich sredne-vekovykh tekstach", *Trudy po znakovym sistemam* II, 1965, pp. 210-216 (trad. it. de Remo Faccani, "Il concetto di spazio geografico nei testi medievali russi", in LOTMAN, Ju. M. e USPENSKIJ, B. A., *Tipologia della cultura*, org. por Remo Faccani e Marzio Marzaduri, Milano, Bompiani, 1975).

Desse modo você não terá fingido que leu o texto original, pois assinalou a fonte italiana, e terá ainda fornecido ao leitor todas as informações que lhe poderão eventualmente ser úteis.

Para obras em línguas pouco conhecidas, sem tradução, mas que se pretende assinalar a sua existência, costuma-se colocar entre parênteses a tradução do título, após sua menção no original.

Examinemos agora um caso que, à primeira vista, parece complicadíssimo, e cuja solução "perfeita" parece demasiado minuciosa. E veremos também como as soluções podem ser dosadas.

David Efron é um judeu argentino que, em 1941, publicou em inglês, na América, um estudo sobre o comportamento gestual dos judeus e dos italianos de Nova Iorque, com o título de *Gesture and Environment*. Somente em 1970 apareceu na Argentina uma tradução espanhola, com um título diferente: *Gesto, raza y cultura*. Em 1972, surge uma reedição inglesa, na Holanda, com o título (semelhante ao espanhol) de *Gesture, Race and Culture*. Desta edição provém a tradução italiana, *Gesto, razza e cultura*, de 1974. Como se deve citar tal livro?

Vejamos de imediato dois casos extremos. O primeiro diz respeito a uma tese sobre David Efron: neste caso, a bibliografia final terá uma seção dedicada às obras do autor, e todas aquelas edições serão citadas por ordem de data como outros tantos livros, especificando-se, a cada citação, que se trata de uma reedição da precedente. Supõe-se que o candidato tenha visto todas, pois deve investigar se houve alterações ou cortes. O segundo caso é o de uma tese de economia de ciências políticas ou de sociologia que aborde os problemas da imigração e onde o livro de Efron vem citado apenas por conter algumas informações úteis a respeito de aspectos paralelos: aqui, pode-se citar apenas a edição italiana.

Mas eis um caso intermediário: a citação é marginal, mas é importante saber que o estudo é de 1941 e não de anos recentes. A solução mais adequada seria:

EFRON, David. *Gesture and Environment*. New York, King's Crown Press, 1941 (trad. it. de Michelangelo Spada, *Gesto, razza e cultura*, Milano, Bompiani, 1974).

Pode suceder, no entanto, que a edição italiana mencione, no *copyright*, que a primeira edição é de 1941, da King's Crown, mas não forneça o título original, referindo-se por extenso, ao contrário, à edição holandesa de 1972. É um descuido grave (posso dizê-lo, pois coube a mim organizar a coleção onde apareceu o livro de Efron), já que um estudante correria o risco de citar a edição de 1941 como *Gesture, Race and Culture*. Eis por que é preciso sempre controlar as referências bibliográficas em mais de uma fonte. Um candidato mais aguerrido, que pretenda fornecer também uma informação suficiente sobre a riqueza literária de Efron e sua redescoberta por parte de outros estudiosos, disporia de bastante dados para uma ficha quase completa:

EFRON, David. *Gesture and Environment*. New York, King's Crown Press, 1941 (2.^a ed., *Gesture, Race and Culture*, The Hague, Mouton, 1972; trad. it. de Michelangelo Spada, *Gesto, razza e cultura*, Milano, Bompiani, 1974).

Onde se vê, concluindo, que a completude da informação depende do tipo da tese e do papel que um dado livro desempenha no discurso global (se constitui fonte primária, secundária, colateral, acessória etc.).

Com base nessas indicações, você já pode elaborar uma bibliografia final para sua tese. Mas ainda falaremos desse assunto no Cap. 6. Nos parágrafos 5.4.2. e 5.4.3., a propósito de dois diferentes sistemas de referências bibliográficas e de relações entre notas e bibliografia, encontra-se uma página inteira de bibliografia (Tabelas 16 e 17), como exemplificação. *Vejam-se essa página para um resumo definitivo de quanto se disse a respeito*. Por ora, cumpria saber como se faz uma boa citação bibliográfica para a elaboração de nossas fichas. As indicações fornecidas bastam para formar um fichário correto.